

A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS NOS CONFLITOS AGRÁRIO POSSESSÓRIOS E SEUS DESDOBRAMENTOS NO LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO. Danilo Uler Corregliano, Elisabete Maniglia. – Direito – Departamento de Direito Público – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus de Franca.

O presente estudo buscou analisar o fenômeno de pressão dos movimentos sociais por direitos humanos fundamentais, historicamente sonegados ao trabalhador do campo. Tal pressão pôde ser percebida nas recentes movimentações no Poder Legislativo e Judiciário.

O processo histórico brasileiro de apropriação da terra cria a relação intrínseca entre terra e poder, que, fundada numa concepção absoluta de propriedade privada, se encontra pouco permeável à idéia de função social da terra rural. Neste contexto, surgem diversos movimentos sociais de luta pela terra, que acabam cumprindo o papel de denúncia da situação de miséria vivida no campo (através de massivas ocupações de terras) e a paradoxal presença de latifúndios que poderiam ser destinados ao mandamento constitucional de Reforma Agrária.

As ocupações de terras que não cumprem função social engendrada pelos movimentos sociais de luta pela Reforma Agrária apresentam características de conflitos sociais históricos, pois refletem as contradições da estrutura agrária brasileira, na sua forma de apropriação e distribuição fundiária. Destes conflitos, ressalta-se o choque entre o direito de propriedade e os direitos humanos fundamentais dos trabalhadores rurais de terem acesso à terra, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ou seja, a uma vida digna.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar o fenômeno da ocupação de terras com a complexidade e as contradições que a estrutura agrária brasileira realmente apresenta, evidenciando o conflito entre o direito à proteção do fato posse e os direitos humanos fundamentais.

A pesquisa foi feita a partir do método dedutivo e a construção, sócio-jurídica. A análise da realidade é de suma importância para que os conceitos jurídicos (e até mesmo ideológicos) sejam transportados para esta realidade. O direito não pode caminhar apartado dos fatos, mas deve inserir-se no dia a dia.

O material coletado foi sistematizado e o levantamento com fatos históricos foi primordial para a compreensão da realidade hodierna. Portanto, a evolução histórica foi vista como parte integrante da metodologia. Alguns dados foram obtidos em pesquisa quantitativa, porém, pela dificuldade de se trabalhar em dados estatísticos (por falta de conhecimento na área), a análise foi extensiva e qualitativa sobre as informações obtidas.

A multidisciplinariedade esteve presente, pois além de diversos ramos do Direito, foram analisados conflitos econômicos, políticos, e sociais da estrutura agrária brasileira frente aos conflitos e as contradições no mundo rural.

A partir destas considerações iniciais, caminhamos para o estudo da tutela dos direitos humanos fundamentais nas ocupações de terra. Centramos nosso debate em seus desdobramentos no Poder Legislativo, através das recentes discussões em torno da CPMI da Terra, com a aprovação de um relatório tendenciosamente a favor dos latifundiários, e conseqüente rejeição do relatório inicial, que apresenta um profícuo estudo da estrutura fundiária e suas relações com o Direito.

A CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) da Terra foi criada em setembro de 2003, após o Presidente Lula ter colocado o boné do MST em uma audiência de negociação em junho deste mesmo ano. Com tal ato, que indignou a bancada ruralista, criou-se inicialmente uma CPI em cada Casa Legislativa com o objetivo claro de reprimir os movimentos sociais do campo e, principalmente, o MST. Após negociações, conseguiu-se aglutinar essas comissões em uma só, formada por 12 senadores e 12 deputados federais, porém com a finalidade de diagnosticar a questão agrária em geral, as organizações de trabalhadores rurais e de proprietários, além dos processos de reforma agrária e urbana. A comissão foi presidida pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR) e a relatoria foi incumbida ao Deputado João Alfredo (até então do PT-CE, tendo depois se filiado ao PSOL-CE).

O relatório final foi concluído e entregue em novembro de 2005, dispondo sobre a estrutura fundiária brasileira, a violência no campo, as ações e programas de reforma agrária e urbana, a legislação existente no tema e elenca 150 recomendações ao Poder Público.

No dia 22 de novembro de 2005, às 11 horas, foi marcada reunião para discutir e votar o relatório, na qual a oposição rejeitou integralmente o documento feito pelo Relator João Alfredo e apresentou outro, que foi o relatório vencedor. Desnecessário dizer que o relatório paralelo feito “às escuras” pelo parlamentar Abelardo Lupion (PFL-PR) dedicou-se a criminalizar o MST, sugerindo a utilização da violência contra os Sem Terra a fim de proteger a propriedade privada. Ainda segue taxando os movimentos sociais do campo como “revolucionários, criminosos e socialistas”¹, expressões utilizadas curiosamente como sinônimas. Isso além de omitir a grilagem e o trabalho escravo, este denunciado mundialmente pela OIT que afirma existirem no Brasil cerca de 30 mil trabalhadores em condição análoga à escravidão.

Estudamos tanto este relatório aprovado, quanto o rejeitado, ao qual nos detivemos mais. Neste observamos uma completa análise crítica do processo de formação da realidade agrária brasileira e suas relevantes recomendações ao Poder Público a fim de minorar as desigualdades sociais através da efetivação da Reforma Agrária, dentre elas: a aprovação da emenda constitucional (PEC 281/2000) que estabelecerá um limite de 35 módulos fiscais às propriedades rurais, vinculando os excedentes ao imperativo constitucional da Reforma Agrária; alterações na Lei Complementar 76/93 visando uma maior celeridade no processo judicial de desapropriação para fins de Reforma Agrária; a criação de Varas Agrárias especializadas, com uma Justiça Agrária autônoma, competente para decidir questões que envolvam conflitos agrário possessórios; e a investigação dos cartórios acusados de irregularidades, alterando-se os procedimentos corretivos e enrijecendo a fiscalização.

Como conclusão inevitável desta parte do estudo, segue-se o descrédito cada vez maior nos poderes constituídos da República. A novidade é que os ataques contra a democracia (entendendo a Reforma Agrária como conteúdo destacado do projeto democrático da Carta de 1988) vêm do Poder Legislativo, concebido inicialmente para representar as aspirações da maioria da população, mas que está, em sua ampla maioria, composto por parlamentares deliberadamente defensores de interesses de uma anacrônica elite agrária, agora atrelada ao grande capital financeiro.

O relatório final aceito do Deputado Abelardo Lupion, que dedica 200 das suas 365 páginas a criminalizar os movimentos sociais do campo e deslegitimar a Reforma Agrária, representa a mentalidade conservadora agrária, preponderante no Parlamento. Não menciona nenhuma das irregularidades em entidades patronais apontadas no relatório vencido. É uma clara defesa dos interesses proprietários, minoria na composição do tecido social, mas que detêm forte poderio econômico e ampla representação política.

Sem dúvidas, representa um grave retrocesso histórico, ao descartar as lutas por direitos sociais enfrentadas pelos trabalhadores e importantes segmentos sociais progressistas. Coloca as vítimas como responsáveis pela violência que assola o campo.

Quanto ao Poder Judiciário, selecionamos considerável aporte jurisprudencial que reconhece a destinação social vinculada à terra e, de certa forma, legitima a luta pela terra dos trabalhadores rurais, tanto no âmbito penal como no civil. Nesta coleta, pudemos concluir que os Tribunais da região sul do país encontram-se mais receptivos à idéia de função social como elemento constitutivo do direito de propriedade. Apesar disso, encontramos precedentes que possam de alguma forma legitimar a luta pela terra, em desacordo com a maioria das decisões do Judiciário, notoriamente conservador.

Enfrentamos ainda a discussão sobre as possibilidades de criação de uma Justiça Agrária autônoma, com estrutura completa (primeira instância, tribunal regional e tribunal superior), a ser discutida com diversos setores da sociedade civil, e sua viabilidade a partir da Emenda Constitucional no. 45. Concluímos pela necessidade e urgência de uma Justiça Agrária, dada a peculiaridade dos problemas do campo e dos sujeitos envolvidos, pois os juizes comuns não estariam preparados para as especificidades do meio rural.

¹ Disponível em <http://www.cpt.org.br/?system=news&action=read&id=307&eid=128>. Acesso em 11 de maio de 2006.

Por fim, relatamos uma experiência de ocupação de terra feita pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) na Fazenda Santa Maria, em Ribeirão Preto, suas repercussões na sociedade e nossas impressões sobre o referido movimento social.